

Ata da 48ª Reunião Ordinária
da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima,
realizada em 22/01/2009, 5ª feira, às 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia,
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos, 2º Andar

Membros Participantes:

1. Luiz Antônio Barreto de Castro – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Newton Paciornik – Ministério da Ciência e Tecnologia
3. Adriano Santhiago de Oliveira – Ministério do Meio Ambiente
4. Marcel Stenner – Ministério da Fazenda
5. Lindemberg de Lima Bezerra – Ministério da Fazenda
6. Leíza Dubugras – Casa Civil
7. Fernanda Bocorny Messias – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Outros Participantes:

1. Mauro Meirelles de Oliveira Santos – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Haroldo de Oliveira Machado Filho – Ministério da Ciência e Tecnologia
3. João Luiz Tedeschi – Ministério de Minas e Energia
4. Henryette Patrice Cruz – Ministério de Minas e Energia
5. Samira Sana F. de Souza – Ministério de Minas e Energia
6. Denílson Ferreira – Ministério da Agricultura
7. Roberto Cavalcante – Ministério da Agricultura
8. Márcia R. Fantuzze Dias – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
9. Leandro Waldvogel – Ministério das Relações Exteriores
10. Kátia Matsumoto Tancon – Ministério dos Transportes

Resumo das decisões da 48ª Reunião Ordinária da Comissão:

1. Sugestão do Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, de estabelecer um processo para analisar eventuais contribuições da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC) ao Plano Nacional sobre Mudança do Clima, elaborado pelo Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), dentro do espírito do Decreto de 7 de julho de 1999, Artigo 3º, Inciso I.
2. Aprovação da Ata da 48ª Reunião Ordinária, sem emendas.
3. Análise dos projetos – síntese:

Nº	Projeto	Posição anterior	Posição pós-reunião
193	Usina Interlagos	Aprov. Ressalvas	Aprov. Ressalvas
179	Icaraí	Revisão	Não Submetido
201	PCH Faxinal II	Revisão	Revisão
204	Porto Murтинho	Revisão	Não Submetido
211	PCH Angelina	Revisão	Aprovado
216	Energia Renovável AB Brasil	Revisão	Revisão
217	Abatedouro Vilhena	Revisão	Revisão
218	Abatedouro Barra do Garças	Revisão	Revisão
223	Moinho e Barracão	Revisão	Aprov. Ressalvas
226	Petrobras - FAFEN	Submetido	Aprov. Ressalvas
227	Ecobio Carbon 01	Submetido	Revisão
228	Plantar Reflorestamento	Submetido	Aprov. Ressalvas
229	SF ₆ RIMA	Submetido	Revisão
230	PCH Piedade	Submetido	Revisão
231	Gramacho	Apresentado	Revisão
232	Bragagnolo	Apresentado	Submetido
233	Lixo Zero	Apresentado	Submetido
234	TECIPAR	Apresentado	Submetido

4. Esclarecimento pelo representante do Ministério da Fazenda o uso do padrão de referência (benchmark) WACC, sigla em inglês para Custo de Capital Médio Ponderado, que é rotineiramente usado como indicador financeiro nos projetos de energia e que pode ser usado para determinação de sua adicionalidade, tomando-se cuidado apenas com os parâmetros necessários para seu cálculo.
5. Decisão que, caso as cartas-convite a comentários de um projeto sejam enviadas após sua data de publicação no site da EOD, o Relatório de Validação deverá explicitamente indicar que todos os atores nacionais receberam suas cartas e que eventuais comentários foram convenientemente tratados.
6. Decisão de realização de reunião do ONS, MCT e MME com as Entidades Operacionais Designadas que operam no país, para apresentação do método de cálculo do fator de emissão do Sistema Interligado Nacional utilizado no desenvolvimento das atividades de projetos no âmbito do MDL no Brasil. A reunião com as EODs deverá ser precedida de reunião do ONS com MCT e MME.
7. Apresentação da nova minuta da Resolução N° 9 sobre Programa de Atividades, para ser amplamente discutida antes da próxima reunião da Comissão.
8. Solicitação para se avaliar a necessidade de uma minuta de Resolução com o intuito de precisar o “início do processo de validação” introduzido na Resolução N° 7.
9. Esclarecimento quanto ao fato de que proponentes de futuras atividades de projetos no âmbito do MDL devem encaminhar apenas à Secretaria Executiva uma comunicação com os dados dos projetos

intencionados, de acordo com o Anexo 46 do EB-41, disponível em português no site do MCT, para simples registro.

Presidindo a reunião, o Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED/MCT), representando o Ministro da Ciência e Tecnologia, deu início aos trabalhos da Comissão dando boas vindas aos representantes dos Ministérios.

1. Mensagem do Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia

O Dr. Luiz trouxe à reunião mensagem do Sr. Ministro Sérgio Rezende, sobre a necessidade de um maior envolvimento da Comissão na análise dos produtos que foram e serão gerados pelo Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima – CIM, notadamente o Plano Nacional Sobre Mudança Do Clima. Ressaltou que a CIMGC tem, pelo Decreto de 7 de julho de 1999, alterado pelo Decreto de 10 de janeiro de 2006, algumas responsabilidades que pode exercer para ter uma participação mais intensa e efetiva nesses assuntos.

Foi citado, particularmente o Artigo 3º, Inciso I, das atribuições da Comissão:

I - emitir parecer, sempre que demandado, sobre propostas de políticas setoriais, instrumentos legais e normas que contenham componente relevante para a mitigação da mudança global do clima e para adaptação do País aos seus impactos;

O Sr. Secretário sugeriu que a CIMGC poderia formar um grupo de trabalho para analisar a questão, e eventualmente oferecer subsídios ao Plano Nacional, tendo em vista que esse documento constitui uma referência sobre políticas setoriais que apresentam ligação direta ou indireta com o tema de mudança do clima.

2. Aprovação da Ata da 47ª reunião ordinária da Comissão Interministerial.

O Senhor Secretário lembrou os pontos principais da minuta da Ata da 47ª reunião ordinária da Comissão Interministerial, e indagou se haveria retificações ou complementações a serem feitas.

Não houve sugestões e a ata foi aprovada.

3. Deliberação sobre projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.

Projeto **em ressalva** cujos proponentes **não** apresentaram respostas satisfatórias aos ofícios enviados pela CIMGC há mais de 60 dias

- 193 – Projeto de Co-geração da **Usina Interlagos** (ofício 379, de advertência, enviado em 22/10/2008, foi respondido em 10/11/2008 dizendo que ainda está em validação)

A Comissão avaliou que o atraso não era responsabilidade dos proponentes e decidiu aguardar pelo cumprimento das ressalvas.

Projetos em **revisão** cujos proponentes **não** apresentaram respostas aos ofícios enviados pela CIMGC há mais de 60 dias

- 179 – Projeto de Energia Eólica **Icarai** (ofício 376, de advertência, enviado em 22/10/2008)
- 204 – Conexão à rede do sistema isolado de **Porto Murtinho** – MS (ofício 378, de advertência, enviado em 22/10/2008)

Como já ocorrera na 46ª. Reunião em relação aos projetos 103, 107, 126, 184, e 197, a Comissão passou a considerar os projetos 179 e 204 como Não-Submetidos.

Projetos em **revisão** cujos proponentes apresentaram respostas aos ofícios em conformidade com a Resolução 05 da CIMGC

- 201 – Projeto Pequena Central Hidroelétrica **Faxinal II** (resposta em 16/12/08)

O Dr. Newton informou que a Entidade Operacional Designada – EOD ainda não havia apresentado a versão final do Relatório de Validação, em conformidade com a nova versão do Documento de Concepção do Projeto, alterado pelos proponentes de acordo com deliberação da Comissão.

A CIMGC deliberou pela manutenção do Projeto Pequena Central Hidroelétrica **Faxinal II** em **revisão** para o atendimento da seguinte exigência:

1. Reapresentar nova versão do Relatório de Validação com a correção do total de reduções em conformidade com o DCP e com referência explícita à nova versão do DCP de forma que fique inequívoco que a EOD concorda que a mudança de fatores de emissão de sistema isolado para sistema interligado, assim como o sistema de monitoramento adotado para a transição foram devidamente validados.

- 211 – Projeto de Pequena Central Hidrelétrica de **Angelina** (resposta em 10/12/08)

O Dr. Newton informou que, com base na avaliação do MCT, o projeto atendeu a todas as exigências e que o parecer era pela sua aprovação. Dr. Marcel, representante do Ministério da Fazenda, aproveitou para responder questionamento da Dra. Branca, feito na última reunião, sobre o uso do padrão de referência (*benchmark*) WACC, sigla em inglês para Custo de Capital Médio Ponderado. Disse que esse indicador é rotineiramente usado nos projetos de energia e poderia ser usado para demonstração de sua adicionalidade, tomando-se cuidado apenas com os parâmetros necessários para seu cálculo.

A CIMGC deliberou pela **aprovação** do Projeto de Pequena Central Hidrelétrica de **Angelina**.

➤ 216 – Projeto de Energia Renovável da **AB Brasil** (resposta em 18/11/08)

O Dr. Newton informou que, com base na avaliação do MCT, o projeto atendeu a todas as exigências, exceto a que diz respeito ao processo de consulta, que não seguiu a Resolução N° 4, vigente à época da validação do projeto. Dr. Miguez salientou que as consultas nacionais devem ser feitas antes da validação para que sejam levadas em consideração pela EOD. De outra forma, não teria efeito. A CIMGC deliberou que o Relatório de Validação teria que explicitar a inexistência de comentários das cartas-convite enviadas de acordo com as Resoluções. A Dra. Samira do MME acrescentou que o projeto informou duas datas de início do período de créditos, ambas incompatíveis com a entrada em operação da usina.

A CIMGC deliberou pela manutenção do Projeto de Energia Renovável da **AB Brasil** em **revisão** para o atendimento das seguintes exigências:

1. Alterar a data de início do período de obtenção de créditos para uma data factível, de acordo com a atual previsão de início de geração da usina, no Documento de Concepção do Projeto, tanto em português quanto em inglês.
2. Reapresentar Relatório de Validação, indicando, em sua Seção 4 – COMENTÁRIOS DAS PARTES, ATORES E ONGS, que a atividade de projeto já estava sujeita à Resolução N° 4 da Comissão Interministerial, de 06 de dezembro de 2006, antes, portanto, do período de validação, que foi de 27/02/08 a 27/03/08. O Artigo 3° dessa Resolução pede o envio das cartas antes do período de validação, além de disponibilidade do Documento de Concepção de Projeto e do Anexo III na internet. Como opção a se refazer todo o processo de consulta, o Relatório de Validação também deverá indicar, explicitamente, que todos os atores relacionados na Resolução N° 1 receberam as cartas-convite e que todos os comentários foram adequadamente apreciados.

➤ 217 – Projeto JBS S/A - Tratamento Aeróbio de Efluente de Abatedouro - Unidade de **Vilhena** (resposta em 25/11/08)

Dr. Newton informou os diversos pontos, anteriormente observados pela CIMGC, que o projeto deixou de atender, como deficiência no Anexo III, Licença de Operação vencida, problemas associados à declaração sobre a destinação do lodo, entre outros. Dr. Adriano, do MMA complementou que a Licença vencera havia poucos dias, mas que mesmo assim sua renovação era necessária.

A CIMGC deliberou pela manutenção do Projeto JBS S/A - Tratamento Aeróbio de Efluente de Abatedouro - Unidade de **Vilhena** em **revisão** para o atendimento das seguintes exigências:

1. Corrigir erros do DCP:
 - a. Retirar os fragmentos em inglês que estão presentes no DCP, inclusive nas figuras e tabelas;
 - b. Revisar a tradução de algumas partes do DCP, tais como:
 - ✓ “Tratamento de desperdício de água” não é a tradução de “wastewater treatment”;
 - c. Rever a Tabela 4 e o Anexo 6, de modo a indicar que o valor para O&M é um desembolso anual durante 7 ou 10 anos e, portanto, não faz sentido somá-lo uma única vez na Tabela 4. É preciso também ficar claro no Anexo 6 que o valor para O&M é um desembolso anual e a taxa de desconto, informada apenas na nota 11 da página 22.
 - d. Incluir no DCP/PDD a informação sobre a interligação do sistema elétrico da região ao sistema nacional e utilizar o fator de emissão correspondente para o consumo de eletricidade do projeto.
2. Reenviar o Relatório de Validação em português, corrigindo:
 - a. a data de início do período de obtenção dos créditos de 01/01/2009 no correspondente à página A-50 (número apenas em inglês);
 - b. a numeração do Anexo 1: Protocolo de Validação e do Anexo 2: Lista de Referências de Informação;
 - c. a tradução, na última página do Anexo 1: Protocolo de Validação, “Considera-se CAR [Solicitação de Ação Corretiva] 27 resolvida”, em desacordo com a versão em inglês;
3. Comprovar que a atividade atualmente abate 2.500 cabeças de gado por dia.
4. Refazer a declaração sobre a destinação do lodo, para haver a concordância expressa sobre a doação por parte da JBS – unidade Vilhena, inclusive no que se refere ao transporte até o local de descarte.
5. Reenviar as Declarações de responsável pela comunicação de ambas as empresas, pois as mesmas devem informar o(s) mesmo(s) responsável (eis) pela comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.
6. Apresentar o Parecer Técnico nº 947/NUMEF/2008, referente à LO N° 0005363.
7. Apresentar Licença de Operação válida do projeto.
8. Reapresentar o Anexo III, esclarecendo melhor e enfatizando as contribuições do projeto ao desenvolvimento sustentável. Particularmente, no subitem referente às contribuições ao meio-ambiente local, focalizar na mudança do tratamento dos resíduos e o seu benefício local. Evitar a referência equivocada aos “maus odores” do metano quando na realidade seria do biogás, já que o metano é inodoro.

➤ **218 – Projeto JBS S/A – Tratamento Aeróbio de Efluentes do Abatedouro – Unidade Barra do Garças** (entrada em 25/11/08)

O Dr. Newton informou que esse projeto é bastante semelhante ao anterior, com alguns pontos igualmente não atendidos, como deficiência no Anexo III, problemas associados à

declaração sobre a destinação do lodo, pontos obscuros no licenciamento ambiental, entre outros.

A CIMGC deliberou pela manutenção do Projeto JBS S/A - Tratamento Aeróbio do Abatedouro – Unidade **Barra do Garças** em **revisão** para o atendimento das seguintes exigências:

1. Corrigir erros do DCP;
2.
 - a. Retirar os fragmentos em inglês que estão presentes no DCP, inclusive nas figuras e tabelas;
 - b. Revisar a tradução de algumas partes do DCP, tais como:
 - ✓ “Tratamento de desperdício de água” não é a tradução de “wastewater treatment”;
 - ✓ Rúmen ao invés de rumin;
 - c. A figura 3 é diferente da apresentada no PDD;
 - d. Rever o número das tabelas, compatibilizando DCP com PDD;
 - e. Alterações foram feitas na Tabela da página 19, mas ainda causando dúvidas. Pelo que conclui do Anexo 6, o valor para O&M é um desembolso anual durante 7 ou 10 anos e, portanto, não faz sentido somá-lo uma única vez na Tabela. É preciso também ficar claro no Anexo 6 que o valor para O&M é um desembolso anual e a taxa de desconto, informada apenas na nota 11 da página 19.
3. Reenviar o arquivo eletrônico do Relatório de Validação em português, pois o enviado não está completo, faltando o Anexo 1: Protocolo de Validação e o Anexo 2: Lista de Referências de Informação;
4. Refazer a declaração sobre a destinação do lodo, sem dar a entender que a própria JBS, não apenas a Chácara Quatro Irmãos, receberá dela mesma o lodo para uso na lavoura.
5. Reenviar as Declarações de responsável pela comunicação de ambas as empresas, pois as mesmas devem informar o(s) mesmo(s) responsável (eis) pela comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.
6. Apresentar o Parecer Técnico nº 14581/CI/SUIMIS/2008, referente à LO Nº 01701.
7. Esclarecer a informação do Parecer Técnico nº 10624/CI/SUIMIS/2008 de que o sistema anterior contava com um flotodecantador Storq e o novo sistema, dois flotadores com tratamentos físico-químico, indicando ainda se o primeiro equipamento trabalha com processo anaeróbico ou aeróbico.
8. Reapresentar o Anexo III, esclarecendo melhor e enfatizando as contribuições do projeto ao desenvolvimento sustentável. Particularmente, no subitem referente às contribuições ao meio-ambiente local, focalizar na mudança do tratamento dos resíduos e o seu benefício local. Evitar a referência equivocada aos “maus odores” do metano quando na realidade seria do biogás, já que o metano é inodoro.

Projetos em **revisão** cujos proponentes apresentaram respostas aos ofícios em **desconformidade** com a Resolução 05 da CIMGC (menos de 10 dias úteis)

- 223 – Projeto de MDL das Pequenas Centrais Hidrelétricas **Moinho e Barracão** (resposta em 15/01/09)

Dr. Newton observou que o projeto atendeu a todas as exigências, exceto uma questão menor de tradução no Relatório de Validação. Contudo, manifestou ainda que a EOD, ao ser instada a acertá-lo, defrontou-se com uma questão ainda não resolvida e informou que ainda não poderia liberar o relatório definitivo. Tratava-se da verificação do cálculo do fator de emissão divulgado pela CIMGC. (A discussão desse assunto da agenda é apresentada no final desta ata)

A CIMGC deliberou pela **aprovação** do Projeto de MDL das Pequenas Centrais Hidrelétricas **Moinho e Barracão** condicionada ao atendimento da seguinte **ressalva**:

1. Reapresentar Relatório de Validação em sua versão definitiva, sendo que a versão em português deve corrigir o trecho em inglês da página 23.

Projetos **submetidos** na última reunião:

- 226 - Projeto de Abatimento de Óxido Nitroso Petrobras **FAFEN-BA**

Dr. Newton observou que a principal questão levantada pelo MCT era a respeito do Anexo III. O projeto trata de redução de emissões de N₂O, onde a adição de um filtro permite a destruição desse gás, com benefício financeiro muito grande. No Item c – Contribuição para a distribuição de renda, diz-se que haverá aplicação de parcela dos valores arrecadados em programas voltados para crianças, sem detalhes. Segundo ele, o projeto deveria propor algo um pouco mais específico, como em outros projetos semelhantes, onde se propõe aplicar uma parcela bem definida em objetivos sociais. O Dr. Miguez observou que, no projeto da Rhodia em Paulínia, a empresa e a prefeitura fizeram projeto conjunto com doação de R\$ 1 milhão para projeto esportivo para comunidade de alto risco, em uma estratégia completa. A Petrobras poderia fazer algo similar, para resultar em contribuição ao desenvolvimento sustentável para a comunidade.

A CIMGC deliberou pela **aprovação** do Projeto de Abatimento de Óxido Nitroso Petrobras **FAFEN-BA** condicionada ao atendimento das seguintes **ressalvas**:

1. Reapresentação do DCP/PDD para:

- ✓ corrigir, no Anexo 1 e no Item A.3, o nome do proponente do projeto que deve ser grafado conforme sua razão social registrada, “Petróleo Brasileiro SA PETROBRAS”.
- ✓ acrescentar, no Item B.8, a informação da parceria da MGM International com NEGAWATT – Proj. Eng. e Com. Ltda., de acordo com o “Resumo Executivo” apresentado no site informado na carta-convite.

2. Reapresentação o Relatório de Validação, em inglês e português, esclarecendo a sigla “FUI”, utilizada para correções ou esclarecimentos necessários do projeto durante o processo de validação.

3. Reapresentação do Anexo III quantificando a proposta de “aplicação de parcela dos valores arrecadados em programas voltados para crianças”, informada no *Item c – Contribuição para a distribuição de renda*, relacionando-a com a expectativa de resultados do projeto.

➤ 227 - Projeto de tratamento e utilização de dejetos de suínos **Ecobio Carbon 01**

Dr. Newton expôs que o parecer do MCT apontava vários problemas: metodologia vencida, Relatório de Validação não compatível com DCP, modificações necessárias no Anexo III, problema com a questão de cartas convite para comentários, erro de informação relativo à geração de energia elétrica, outros problemas associados a prazos de validade das licenças ambientais. Dr. Adriano expôs problemas nas cartas convite, com assinatura de mesma pessoa em diversos órgãos e endereços.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto de tratamento e utilização de dejetos de suínos **Ecobio Carbon 01** para o atendimento das seguintes exigências:

1. Reapresentação do DCP/PDD para:

- ✓ Atualizar a versão da metodologia AMS III.D.
- ✓ Retirar o escopo 13 do Item A.4.2, pois não se refere à metodologia usada.
- ✓ Corrigir a Tabela 3 que apresenta um valor indefinido para a Taxa Interna de Retorno: “ #NÚM! ”.

2. Reapresentação o Relatório de Validação, para refletir as alterações no DCP/PDD.

3. Reapresentação do Anexo III:

- ✓ adequar a informação de que “a implantação do Projeto Ecobio Carbon é uma forma de atender às exigências dos órgãos fiscalizadores do meio ambiente, uma vez que somente produtores que possuem Licença Ambiental fazem parte do Projeto” para não dar a impressão de que existe uma exigência legal para realização do projeto;
- ✓ abordar de forma objetiva as informações sobre futuros benefícios indiretos, como a produção de cultura de Stevia e plantação de florestas, buscando incluir somente as alternativas futuras que serão desenvolvidas de fato e que possam ser atribuídas à atividade de projeto.

4. Refazer o processo de consulta, pois ficou em desconformidade com as Resoluções da Comissão. As cartas-convite a comentários, cujas cópias deverão ser enviadas à Comissão, não deverão informar que o projeto vai “captar este metano proveniente do digestor anaeróbico e queimá-lo para geração de energia elétrica”, pois tal atividade não está prevista no DCP/PDD.

5. Apresentar a documentação para atestar a legitimidade da assinatura das declarações da Ecobio Carbon.

6. Apresentar o pedido de renovação da licença ambiental da granja de Delmir, Vânio e Celso Pazin.

7. Apresentar informação do órgão ambiental estadual sobre os motivos das pendências dos pedidos de renovação das licenças vencidas.

➤ 228 - Reflorestamento como Fonte Renovável de Suprimento de Madeira para Uso Industrial no Brasil

Dr. Miguez saudou o fato de que finalmente o projeto da Plantar chegava à CIMGC, depois de 11 anos de desenvolvimento de metodologia e projeto e solicitou ao Dr. Haroldo, comentários sobre a aplicação da Resolução N° 07. Dr. Haroldo citou primeiro o parecer do MCT. Indicou tratar-se de um ponto complexo, pois envolvia a retroatividade da Resolução. Esse instrumento regulatório traz em seu Parágrafo primeiro do Artigo 3º, que o convite deve ser enviado “15 dias antes do início do processo de validação”. Essa data mostrada no parecer é o final do processo de validação, não o início. Na verdade, os proponentes iniciaram o processo de validação antes da publicação, e a Resolução não retroage. Mas os proponentes precisavam comprovar que iniciaram a validação antes dessa publicação. Dr. Adriano declarou que o MMA saudava, também, a apresentação do projeto

Acrescentou, porém, que foram verificados alguns pontos, que não justificariam a revisão, mas que poderiam ser esclarecidos em relação aos impactos ambientais e à necessidade de monitoramento.

A CIMGC deliberou pela **aprovação** do projeto Reflorestamento como Fonte Renovável de Suprimento de Madeira para Uso Industrial no Brasil condicionada ao atendimento das seguintes **ressalvas**:

1. Reapresentar o DCP/PDD para esclarecer os seguintes pontos:
 - a. Esclarecer a fórmula (02) da página 71 e sua explicação, pois não estão coerentes entre si.
 - b. Esclarecer a Figura 22 que, pelo título, se refere ao estoque de florestas plantadas em Minas Gerais, enquanto que a referência a ela feita na página 52 diz que tal figura se refere aos “estoques de plantio da entidade responsável pelo projeto”.
 - c. Apresentar, adicionalmente ao informado na figura 46 (pág. 121), a comparação do consumo de água das diferentes culturas por hectare.
 - d. Incluir entre os parâmetros a serem avaliados nos programas de monitoramento, uma vez que estão relacionados, no DCP, a impactos de importância média no âmbito da bacia hidrográfica:
 - ✓ Contaminação dos cursos d’água por pesticidas, compostos fenólicos e herbicidas;
 - ✓ Contaminação das fontes de tomada de água por óleo e graxa;
 - ✓ Supressão da vegetação nativa. Tal impacto pode ser monitorado por meio de indicadores de biodiversidade e avaliação da eficácia da implementação dos corredores ecológicos.
 - e. Descrever, no DCP, a localização das áreas de vegetação nativa (9.759,24 hectares, conforme se informa na Figura 03, distribuídos entre diversas fitofisionomias: cerrado, cerradão, floresta de galeria, etc.) em relação às duas fazendas que receberão os plantios e às bacias hidrográficas envolvidas, classificando-as conforme representem Reserva Legal, Área de Preservação Permanente, corredores ecológicos, matas ciliares, ou outra denominação relevante.
 - f. Complementar a informação contida na página 9 de que um projeto de interligação das áreas de vegetação nativa está sendo elaborado, detalhando como será feito e como será monitorada a eficácia dessa medida, sobretudo em relação à fauna e flora locais.
 - g. Apresentar corretamente o nome do participante nacional do projeto.
2. Reapresentar o Relatório de Validação para corrigir sua tradução em português, que ainda apresenta várias Solicitações de Esclarecimento em aberto, além da expressão “compare TARAM”, mal traduzida na página 10.
3. Refazer o processo de consulta pública, já que as cartas-convite não atenderam a Resolução Nº 07, publicada em 31/03/2008, ou provar que a validação da atividade de projeto foi iniciada antes dessa data.

➤ 229 – Conversão de SF₆ para o gás de cobertura alternativo SO₂ na produção de magnésio da **RIMA**

O Dr. Newton fez a introdução dizendo que era um projeto interessante do setor industrial, envolvendo a única empresa produtora de magnésio no Brasil. Observou que a produção de magnésio precisa de atmosfera protetora com SF₆, gás inerte, mas um gás de efeito estufa extremamente potente. No processo o SF₆ não se combina com material, sendo emitido para a atmosfera. O Dr. Newton esclareceu, também, que o mesmo ocorre com a utilização de SO₂, mas que como o SO₂ não é gás de efeito estufa, a substituição implica em redução de emissões de gases de efeito estufa. Por outro lado, lembrou que o SO₂ é um gás tóxico, o que exige muito cuidado para sua utilização, sendo a manipulação pelos empregados extremamente perigosa. Informou que o parecer do MCT aponta como questão maior o aprimoramento do Anexo III que deve ter uma descrição mais cuidadosa, levando em consideração os riscos pela utilização do SO₂. Observou, também, que não havia licença ambiental específica para o projeto solicitando que o MMA esclarecesse se haveria exigência de nova licença por mudança do processo. O Dr. Adriano respondeu que os potenciais impactos da utilização do SO₂ poderiam ser considerados no momento do licenciamento. Observou que, segundo a resolução 237/97 do CONAMA, qualquer alteração deve ser comunicada ao órgão competente e que o MMA contactara o órgão ambiental estadual e confirmou que eles estão cientes da necessidade de novo licenciamento.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do projeto Conversão de SF₆ para o gás de cobertura alternativo SO₂ na produção de magnésio da **RIMA** para o atendimento das seguintes exigências:

1. Reapresentação do DCP/PDD para:

- ✓ Corrigir a data de início do projeto, em função dos atos declarados no DCP/PDD que a definem, como o ERPA (Emission Reduction Purchase Agreement, Contrato de compra e venda de redução de emissões) com a 33 Asset Management.
- ✓ Rever as frases incompatíveis existentes no DCP/PDD quando fala das barreiras da Opção 5: “Os custos de capital para substituir o SF₆ por SO₂ em 2000 estão estimados em US\$ 15,887 milhões” e “O custo do capital é quase dez vezes maior que o da implementação do SO₂ (US\$ 1,6 milhões)”.

- ✓ Corrigir a notação de ponto decimal no DCP, por exemplo na página 27. Também há erro de notação para o cálculo de $EF_{SF6, MG}$, tanto em português quanto em inglês.
- ✓ Apresentar o nome da atividade de projeto no Item A.1 sem adendos, para não causar complicações no registro do projeto.

2. Reapresentação o Relatório de Validação

- ✓ retirando pendências da Solicitação de Ação Corretiva – SAC 1, inclusive na Tabela 2 (pág. A-50). O Relatório de Validação analisado pela Comissão Interministerial é sempre o final; para falta da Carta de Aprovação brasileira deve ser utilizado o seguinte parágrafo:
 - Antes da apresentação deste relatório de validação para o Conselho Executivo do MDL, a TÜV SÜD terá que receber a aprovação por escrito da AND das Partes envolvidas, inclusive a confirmação pela AND do Brasil de que o projeto auxilia a alcançar o desenvolvimento sustentável. [português]
 - Prior to the submission of this validation report to the CDM Executive Board, TÜV SÜD will have to receive the written approval of the DNA of involved parties, including confirmation by the DNA of Brazil that the project assists in achieving sustainable development. [inglês]
- ✓ sendo explícito em relação à data de início da atividade de projeto, com a retirada da contradição de que “09/04/2007 é considerada uma data razoável para o início do projeto (pág. A-58)”;
- ✓ usando num único arquivo para a versão eletrônica do Relatório de Validação.

3. Apresentação dos documentos “Resumo Projeto SO2” e “layout pipeline SO2.jpg” citados no DCP/PDD.

4. Reapresentação do Anexo III para:

- ✓ mostrar, no Item a – Contribuição para a sustentabilidade ambiental local, que, apesar dos riscos da introdução de um gás “perigoso e corrosivo” e de “alta toxicidade” ele será convenientemente tratado;
- ✓ desfazer a confusão das atividades normais da empresa com aquelas relacionadas à atividade de projeto.
- ✓ fazer uma quantificação dos empregos diretos e indiretos relacionados à implantação da atividade de projeto.

5. Refazer o processo de consulta pública de acordo com a Resolução N° 07, enviando também carta ao Ministério Público Federal e disponibilizando o DCP e o Anexo III na internet aos atores convidados para comentários.

6. Apresentar nova Licença de Operação com menção a alterações introduzidas no processo produtivo da RIMA.

7. Apresentar declaração da validadora TÜV Industrie Service GmbH em que esteja mencionada a sua habilitação para os escopos 4, 9 e 11, referentes ao projeto. Além disso, deve constar a informação de endereço e telefone no Brasil, conforme pede a Resolução N° 01.

➤ 230 – Atividade do projeto de MDL da Pequena Central Hidrelétrica **Piedade**

Dr. Newton observou que o parecer do MCT descrevia várias questões relevantes em relação ao documento do projeto, relatório de validação e Anexo III.

A CIMGC deliberou pela **revisão** da Atividade do projeto de MDL da Pequena Central Hidrelétrica **Piedade** para o atendimento das seguintes exigências:

1. Reapresentar o DCP/PDD, para acertar a data de início do período de créditos, de modo a torná-lo compatível com entrada em operação da usina.
2. Apresentar as planilhas excel com a análise de investimento (cálculo da TIR, cálculo do CMPC e análise de sensibilidade).
3. Reapresentar o Relatório de Validação, em versões compatíveis em português e inglês, para:
 - a. fazer referência à ultima versão do PDD (versão 7.1), que foi apresentada à DNA para obtenção da carta de aprovação.
 - b. que seja confirmado que a análise de prática comum é satisfatória, já que a mesma é feita de forma muito genérica e não segue as orientações estritas do EB para avaliação da adicionalidade do projeto.
 - c. esclarecer uma SAC (português) / FAR (inglês) sobre procedimentos de monitoramento, sem resposta ou qualquer informação sobre as providências tomadas (pág. 69). Em inglês não é definido a sigla “FAR”.
4. Apresentar os avisos de recebimentos das cartas-convite enviadas, fora o referente ao Ministério Público Estadual.
5. Reapresentação do Anexo III para não incluir entre as contribuições ambientais locais do projeto as obrigações legais referentes ao licenciamento ambiental do projeto.

Novos projetos:

O Dr. Luiz indicou que havia ainda um projeto para o qual, embora novo, havia um parecer do MCT. O Dr. Miguez ressaltou que, embora submetido após a última reunião da Comissão, o projeto fora analisado no intuito de se ganhar tempo, o que é feito sempre que possível. Os membros da Comissão concordaram com a análise do projeto.

➤ 231 – Projeto **Gramacho** de Gás de Aterro (entrada em 26/11/2008)

Dr. Newton afirmou que foram identificadas algumas questões importantes que implicariam na necessidade de revisão do projeto: versão incorreta da ferramenta de adicionalidade, Anexo III falho no ponto referente à contribuição para a integração regional e articulação com outros setores.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto **Gramacho** de Gás de Aterro para o atendimento das seguintes exigências:

1. Reapresentação do DCP/PDD para:

- a. Adequar a formatação dos números que atualmente estão com o padrão norte-americano (vírgulas no lugar de pontos) na tabela do item A.4.4. e na tabela de Produção Total de Gás Natural (item B.4) do DCP.
- b. Corrigir no Item A.2, 3º parágrafo, a seguinte frase: “Os drenos existentes **não** rasos, com menos de 4 metros de profundidade e são muito pouco eficientes, mesmo para a emissão passiva para a atmosfera”
- c. Rever a tradução do documento para corrigir frases como:
 - “Usualmente, a Estação de Biogás **is** composta por sopradores, removedores de condensado e sistemas de remoção de CO₂.”
 - Na tabela da seção A.4.4 onde se lê “toneladas **of** CO₂e”.
 - “O projeto irá realmente substituir o atual **consume** de Gás Natural para a produção de Gás de Cidade pelo biogás produzido no Aterro Metropolitano Jardim Gramacho, como material-prima ou combustível.”
 - “o gás capturado é utilizado para suprir consumidores finais através de uma rede de distribuição de gás natural. Caso reduções de emissões sejam reivindicadas pelo deslocamento do consumo de gás natural, as atividades de projeto **devem** utilizar a metodologia aprovada AM0053.” A tradução correta de *may*, nesse caso, é **podem**. (Seção B.2, letra a).
 - “**Application of version** 05 da *Ferramenta para demonstração e avaliação da adicionalidade*”. (Seção B.5)
- d. Apresentar os nomes dos participantes do projeto conforme sua razão social completa, tanto no Item A.3 quanto no Anexo 1: COMPANHIA MUNICIPAL

DE LIMPEZA URBANA – COMLURB e NOVO GRAMACHO ENERGIA AMBIENTAL S.A.

2. Reapresentação do Relatório de Validação para incluir menção à versão mais atual do DCP na lista de referências apresentada ao final do check-list e uma explicação sobre a sigla PAF, que é citada várias vezes.
3. Apresentação da Licença Ambiental do gasoduto a ser operado com o gás de aterro da atividade de projeto.
4. Reapresentação do Anexo III para fornecer argumentos mais adequados para a “contribuição para a integração regional e articulação com outros setores”.

O Dr. Luiz informou que três novos projetos haviam sido recentemente recebidos pela Secretaria Executiva. Os projetos foram considerados submetidos.

- 232 – Avelino **Bragagnolo** – Tratamento de Efluentes usando Sistema Aeróbio (entrada em 15/01/2009)
- 233 – Projeto de Compostagem **Lixo Zero** (entrada em 19/01/2009)
- 234 – Projeto de Gás de Aterro **TECIPAR** - PROGAT (entrada em 20/01/2009)

4. Outros Assuntos

Ponto discutido durante a análise do projeto 223 – Projeto de MDL das Pequenas Centrais Hidrelétricas Moinho e Barracão

- Solicitação de EODs de exame do procedimento de cálculo do fator de emissão do Sistema Interligado Nacional.

Dr. Newton lembrou que, após dois anos de discussão, a Comissão aprovou o método de cálculo dos fatores de emissão do Sistema Interligado Nacional. Assim, os fatores do sistema nacional, calculados pelo ONS, são publicados mensalmente na página da CIMGC.

Observou, porém, que as EODs fizeram um questionamento ao Conselho Executivo – se deviam aceitar informações das ANDs ou se deveriam validar tais fatores. Informou que o Conselho Executivo havia sugerido duas opções: as EODs poderiam solicitar às ANDs explicações de como os fatores eram calculados, como uma forma de auditoria ou, alternativamente, as EODs poderiam pedir ao Conselho Executivo que verificasse os cálculos a partir de informações enviadas pelas ANDs.

Observou que, devido a esse fato, as EODs estão interrompendo a validação de qualquer projeto que usa os fatores de emissão fornecidos pela AND, em uma clara demonstração de força. Indagou qual seria o posicionamento da CIMGC em relação à determinação do Conselho Executivo e, no caso de acatarmos, qual seria a opção mais conveniente. O Dr. Miguez observou que deveria ser considerado o problema da confidencialidade das informações, e que a opção de envio de exemplo de cálculo ao Conselho Executivo poderia ser a mais conveniente. Mas seria um processo demorado. Por esse motivo, o Dr. Newton mencionou que preferia uma reunião com as EODs. Dr. Luiz perguntou se isso poderia ser

feito rapidamente, ao que o Dr. Newton respondeu afirmativamente. Dr. Luiz ABC quis saber se isso poderia trazer dificuldades à frente e se seria possível saber o que as EODs estariam esperando. A Dra. Samira sugeriu que fosse feita uma reunião prévia com ONS, MME e MCT para que fossem examinados os assuntos principais, como a questão dos dados sigilosos e a forma de apresentá-los. Dr. Luiz ABC concordou e assim ficou decidido.

➤ Resolução da CIMGC sobre Programa de Atividades.

Dr. Haroldo informou que a Resolução N° 9 esteve disponível no site do MCT e possui sete documentos como anexos, tendo sido recebidos comentários apenas do MMA, os quais foram incorporados na nova minuta distribuída aos presentes. Informou que o artigo 4º, relativo ao processo de consulta, foi alterado, com a idéia de facilitar o processo de recebimento e processamento de comentários. Dr. Miguez acrescentou que a idéia do Programa de Atividade – PoA, decidida na COP de Montreal, é reduzir os custos para projetos muito pequenos. Observou que a presente resolução foi modificada, incorporando as idéias do Conselho Executivo na mesma direção: a de facilitar os pequenos projetos, transferindo parte das atribuições desse Conselho, bem como de validação e registro, para a entidade coordenadora junto à EOD. Considerou ainda que é preciso simplificar o requerimento de aprovação, tendo ainda em vista que não se sabe quantos projetos serão ligados a um PoA, cuja duração pode girar em torno de 28 anos. A ideia da minuta seria, assim, facilitar a aprovação do programa sem sobrecarregar os proponentes do projeto. Sugeriu que a nova minuta fosse considerada pelos membros e discutida na próxima reunião. O engenheiro Mauro lembrou que seria importante definir o “início do processo de validação”, no parágrafo único do Artigo 4º. O Dr. Haroldo argumentou que seria melhor uma resolução específica para esclarecer a questão do início do processo de validação, o que valeria para todas as outras que utilizam o termo. Dr. Luiz sugeriu, então, que a Resolução N° 9 voltasse a ser discutida na próxima reunião, para reunir os comentários de todos, quando então já se poderia avaliar a necessidade de uma minuta de Resolução para esclarecer o período do processo de validação para todos os projetos.

O Dr. Luiz perguntou se havia algum assunto adicional. O Dr. Marcel Stenner, representante do Ministério da Fazenda, expôs uma dúvida sobre recebimento de propostas de projetos futuros, já que ele havia recebido comunicações nesse sentido. Dr. Miguez esclareceu que o Anexo 46 – EB41 veio resolver um ponto difícil, que era o da consideração prévia do MDL como importante para o desenvolvimento dos projetos. Disse que muitos projetos antigos apresentaram argumentos frágeis nesse sentido. Assim, o Conselho Executivo passou a pedir o envio à autoridade nacional das informações precisas do projeto que se intencionaria fazer, com a posição do projeto ou coordenadas. Para atendimento dessa resolução, futuros projetos no Brasil devem enviar à Secretaria Executiva essa informação apenas para arquivo. Na página do MCT, esse Anexo 46 pode ser acessado, e qualquer dúvida deve ser comunicada à Secretaria Executiva. A EOD poderá futuramente avaliar esse ponto.

Não havendo outros assuntos a tratar, o Dr. Luiz ABC agradeceu a presença de todos os representantes dos Ministérios e encerrou a reunião.

